



## ANEXO IV – MEMÓRIA DE CÁLCULO

### 1. MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

#### 1.1. MÃO DE OBRA – REMUNERAÇÃO

1.1.1. Para estimativa dos custos da presente contratação relativos aos **salários** dos profissionais, foi realizado levantamento de preços praticados em contratos firmados com a Administração Pública e em *sites* especializados, de forma a identificar a média salarial praticada no mercado.

1.1.2. Para os demais custos (exceto tributários e/ou decorrentes de legislação própria, atos normativos infralegais e/ou entendimento doutrinário e jurisprudencial) a Administração se baseou na Convenção Coletiva de Trabalho do SINDISERVIÇOS/DF, registrada no MTE com o n. DF000042/2025, com vigência de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026.

### 2. MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

#### 2.1. SUBMÓDULO 2.1 – 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, UM TERÇO CONSTITUCIONAL

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
13º Salário	8,333%	$[(1/12) \times 100] = 8,333\%$	Art. 7º, VIII, CF/88
Um Terço Constitucional	2,778%	$[(1/12/3) \times 100] = 2,778\%$	Art. 7º, XVII, CF/88

#### Nota:

Sobre Um Terço Constitucional:

*O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. Por meio do plenário virtual, a maioria dos ministros da Corte proveu parcialmente o Recurso Extraordinário (RE) 1072485, com repercussão geral (Tema 985), interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que considerou indevida a incidência da contribuição sobre a parcela.*

#### Tese

*A tese de repercussão geral aprovada foi a seguinte: “É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias”.*

EC/AS/CF

<https://portal.stf.jus.br/noticias>

#### IN RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022:

*Art. 33. As bases de cálculo das contribuições sociais previdenciárias da empresa e do equiparado são as seguintes:*

*I - o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestam serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção, de acordo coletivo de trabalho ou de sentença normativa; (Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, caput, inciso I, e § 2º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 201, caput, inciso I, e § 6º)*

(...)

*§ 6º A remuneração adicional de férias de que trata o inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal integra a base de cálculo, no mês a que ela se referir, mesmo quando paga antecipadamente na forma da legislação trabalhista. (Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 214, §§ 4º e 14)*

## 2.2. SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES.

Item	%	Fundamento
INSS	20,000%	Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007.
Salário Educação	2,500%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.
RAT Ajustado	%	Cálculo abaixo
SESI/SESC	1,500%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.
SENAI/SENAC	1,000%	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).
SEBRAE	0,600%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
INCRA	0,200%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
FGTS	8,000%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.
<b>Total</b>		

**RAT Ajustado: Risco Ambiental do Trabalho (RAT) x Fator Acidentário de Prevenção (FAP):**

**RAT Ajustado = RAT x FAP, em que:**

Item	Valor	Serviços	Fundamento
RAT	3%	Nutricionista	Subclasse CNAE 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição

**RAT x FAP = 3% x 2,0 = 4,000%**

**Nota 1:** Considerando a aplicação máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre a alíquota do RAT.

**Nota 2:** A licitante deve preencher o item com o valor de seu RAT x FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWEB) ou documento apto a comprovar o Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) ou Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos do Ambiente de Trabalho (GIIL-RAT) da licitante.

### 2.3. SUBMÓDULO 2.3 – BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

**2.3.1. Vale transporte:** O vale transporte foi baseado no preço da passagem, trajeto residência/TCU e considerou 1 passagem de ida e 1 de volta.

Vale transporte = 2 x 5,50 x 21.

Considerando 21 dias úteis.

**2.3.2. Dedução legal do vale transporte:** O valor da dedução do vale transporte está de acordo com o art. 4º, parágrafo único da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (desconto máximo de 6% do salário-base).

**2.3.3. Auxílio-Alimentação e Desconto sobre o Auxílio Alimentação:** O valor do Auxílio-Alimentação foi calculado de acordo com a Cláusula Décima Sexta da CCT DF000042/2025.

Valor do Auxílio-Alimentação = **44,30 x 21 = R\$ 930,30**

Considerando 21 dias úteis.

Desconto sobre o Auxílio Alimentação: não há.

As licitantes deverão calcular o Auxílio-Alimentação com base em Convenção Coletiva de Trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.

**2.3.4. Plano Ambulatorial:** De acordo com a Cláusula Décima Nona da CCT DF000042/2025.

**2.3.5. Assistência Odontológica:** De acordo com a Cláusula Vigésima da CCT DF000042/2025.

**2.3.6. Assistência Funeral:** De acordo com a Cláusula Vigésima primeira da CCT DF000042/2025.

### 3. MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
Aviso prévio indenizado	0,498%	$\{[(1+(1/12) + (1/12) + (1/12) / 3)] / 12\} \times 0,05 = 0,498\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss. CLT
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,040	$8\% \times 0,498\% = 0,040\%$	Súmulas do TST - Súmula TST 305 - FGTS. Incidência sobre o aviso prévio. CLT, art. 487, § 1º
Multa do FGTS relativa ao Aviso Prévio Indenizado	0,016%	$40\% \times 8\% \times 0,498\% = 0,016\%$	Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990

Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	$\{[(1/30 \times 7)] / 12\}$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss. da CLT
Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		Percentual dos Encargos do submódulo 2.2 X Percentual do Aviso Prévio Trabalhado	Súmulas do TST - Súmula TST 305 - FGTS.
Indenização 40% FGTS (100%)	3,556%	$(1 + (1/12) + (1/3/12)) \times 0,08 \times 0,4 = 3,556\%$	Art. 18, §1º da Lei 8.036/90

**Notas:**

**A Base de Cálculo** é o valor da Remuneração

**Aviso prévio indenizado** - Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano.

**Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado** - No Aviso Prévio Indenizado não há provisão de encargo previdenciário, mas incide FGTS.

**IN RFB nº 2110, de 2022**

*Das Parcelas Não Integrantes da Base de Cálculo*

*Art. 34. Não integram a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias: (Lei nº 8.212, de 1991, art. 28, § 9º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 214, § 9º)*

*(...)*

*XXXII - o aviso prévio indenizado, inclusive para fins da contribuição para o financiamento de aposentadoria especial e benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, de seu adicional e das devidas a terceiros, exceto seu reflexo na gratificação natalina; (Nota PGFN/CRJ nº 485/2016, Parecer SEI nº 15.147/2020/ME; e Despacho nº 42/2021/PGFN-ME)*

**Aviso prévio trabalhado** - Redução de 7 dias ou de 2h por dia para 100 % dos empregados. Percentual relativo a contrato de 12 (doze) meses.

**Indenização 40% FGTS (100%)** – A base de cálculo é o valor da remuneração.

**4. MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

**4.1. SUBMÓDULO 4.1 – AUSÊNCIAS LEGAIS COM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS**

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
Custo com cobertura de férias	9,954%	$[1 + (1/12) + (1/12) + (1/12/3)] / 12 = 9,954\%$	Art. 7º, XVII, CF/88
Ausências legais	0,278%	$[(1/30) / 12] = 0,278\%$	Art. 473 da CLT

Licença paternidade	0,011%	$\{[(5/30/12) \times 1,62\% \times 50\%] = 0,011\%$	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, §1º, da ADCT
Auxílio-Doença	1,39%	$\{[(5 / 30) / 12] \times 100\% \} = 1,39\%$	Art. 59 e ss. da Lei nº 8.213/91
Acidente de trabalho	0,051%	$\{[(100\% / 30) \times 15] / 12\} \times (\text{nº CAT/População INSS CAT}) = 0,051\%$	Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91
Incidência do submódulo 2.2		Percentual do submódulo 2.2 x Percentual da soma das letras do submódulo 4.1	IN RFB 2.110, de 17 de outubro de 2022

#### Notas:

**A Base de Cálculo** é o valor da remuneração.

**Custo com cobertura de férias** - Infere-se que o folguista terá direito: à remuneração, ao 13º salário, às férias e ao terço constitucional de férias proporcionais.

**Ausências legais** - Este item, previsto nos arts. 473 e 82 da CLT, é composto por um conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões com amparo legal e a contratada deve repor essa mão-de-obra. Estima-se que cada empregado poderá usufruir de 1 (um) dia de licença por ano (Acórdão-TCU nº 1.904-P, de 2007).

**Licença-paternidade** – considerou-se a taxa de natalidade de 1,62% (IBGE 2023) a força de trabalho masculina de 50% e 5 dias de licença por ano. Onde: 5 = nº dias de licença; 30 = nº dias no mês; 12 = nº meses no ano; 1,5% = média trabalhadores que são pais durante o ano ((Acórdão-TCU nº 1.904-P, de 2007).

**Auxílio-doença** – Estima-se que o empregado poderá se ausentar por essa razão durante cinco dias no ano. Dados estatísticos extraídos do Acórdão-TCU nº 1.904/2007-P

**Acidente de trabalho** - Estima-se uma licença de 15 dias por ano para 1,22% dos empregados. Esta taxa foi obtida pela proporção de acidentes de trabalho registrados, 717.911, conforme dados do Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS/2013, em relação a 58.981.000 de trabalhadores que fazem jus a emissão da CAT (trabalhadores com carteira assinada, outros tipos de trabalhadores e domésticas), conforme dados da PNAD 2013.

**Incidência do submódulo 2.2** – A base de cálculo é o valor da remuneração.

#### 4.2. SUBMÓDULO 4.2 – AUSÊNCIAS LEGAIS SEM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

Afastamento por licença maternidade	0,030%	$\{[(1/12) + (1/12) + (1/12/3)] \times (4/12) \times 1,62\% \times 50\% \}$	Impacto do 13º, das férias e 1/3 de férias sobre a licença maternidade
-------------------------------------	--------	---	--



#### Notas:

Conforme disposto na Solução de Consulta nº 25, de 14 de junho de 2022 (DOU de 14.07.2022, Seção 1, pág. 12) da Receita Federal do Brasil (RFB), não incide contribuição previdenciária sobre as importâncias pagas relativas aos 15 primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e a título de auxílio-acidente.

Conforme disposto na Solução de Consulta nº 27, de 27 de janeiro de 2023 (DOU de 09.02.2023) da Receita Federal do Brasil (RFB), é inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade.

**A Base de Cálculo** é o valor da remuneração.

**Afastamento por licença-maternidade:** Durante a licença, o salário maternidade e a parcela do décimo terceiro salário é custeado pelo INSS (Art. 59 da IN RFB 2110/2022). Cabe à contratada a provisão relativa às férias (1/12) e adicional de férias (1/12/3). Para o cálculo foi considerada a taxa de natalidade de 1,62% ao ano (IBGE 2023), a força de trabalho feminina de 50% e 120 dias de licença por ano.

#### 5. MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Não se aplica à presente contratação.

#### 6. MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

##### 6.1. Lucro e Despesas Indiretas – LDI

Para fins de estimativa da CONTRATANTE, em Lucro e Despesas Indiretas - LDI, foram consideradas as despesas administrativas e operacionais (5%) e a margem de lucro (10%).

Custo Indireto = 5% x (a soma dos módulos anteriores)

Lucro = 10% x (Custo Indireto + soma dos módulos anteriores)

Lembrando que o Inciso XI do Anexo I da Instrução Normativa Seges/MP n.º 5/2017 dispõe:

*“XI - LUCRO: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.”*

**Nota:** Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo devem ser cobertos pelo LDI (Lucro e Despesas Indiretas).

##### 6.2. Tributação sobre Faturamento

Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro PRESUMIDO. A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Para o cálculo de cada tributo foi utilizada a seguinte fórmula:

**Valor do tributo** = (Percentual do tributo x (Soma dos módulos + Custos Indiretos + Lucro)) / (1 – a soma dos percentuais dos tributos).